

Sumário

1. ALBERTO CAMIÑA MOREIRA <i>A dúvida registrária e o recurso especial</i>	11
2. ALEXANDRE DAVID Malfatti <i>Ônus da prova no âmbito da publicidade: disciplina no Código de Defesa do Consumidor</i>	27
3. ANDRÉ GUSTAVO SALVADOR KAUFFMAN <i>Panorama da prova na jurisprudência do TJSP</i>	43
4. ANSELMO PRIETO ALVAREZ e CÉSAR CIPRIANO DE FAZIO <i>Causas de pedir nas ações de despejo e seus aspectos processuais</i>	55
5. ANTONIO CARLOS MATTEIS DE ARRUDA <i>Ação de prestação de contas</i>	78
6. ANTONIO NOTARIANO JUNIOR <i>Da irregularidade de representação e seus efeitos em face do terceiro</i>	115
7. ARLETE INÊS AURELLI <i>Legitimidade como condição para o exercício da ação de mandado de segurança, conforme a Lei n. 12.016/2009</i>	123
8. JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO <i>Instrumentos constitucionais direcionados à proteção dos direitos coletivos: ação civil pública e ação popular</i>	142
9. ARTHUR LUIS MENDONÇA ROLLO <i>Inquérito civil e termo de ajuste de conduta: limites à atuação do Ministério Público</i>	186
10. BRUNO FREIRE E SILVA <i>A Lei n. 12.016/2009 e a utilização da ação anulatória diante da nova sistemática do mandado de segurança coletivo</i>	196
11. BRUNO GARCIA REDONDO <i>Ônus da prova e distribuição dinâmica: lineamentos atuais</i>	210

12. CASSIO SCARPINELLA BUENO	
<i>O mandado de segurança coletivo na Lei n. 12.016/2009</i>	227
13. CELSO ANTONIO PACHECO FIORILLO	
<i>Mandado de segurança coletivo ambiental e a Lei n. 12.016/2009</i>	245
14. CONSUELO YATSUDA MOROMIZATO YOSHIDA	
<i>Tutela específica antecipatória, pedidos incontroversos e efetividade do processo coletivo ambiental</i>	255
15. DENIS DONOSO	
<i>Juízo de admissibilidade da petição inicial: aspectos práticos e polêmicos do nascedouro da relação processual</i>	267
16. EDUARDO ARRUDA ALVIM E ANGÉLICA ARRUDA ALVIM	
<i>Coisa julgada no mandado de segurança coletivo e a Lei n. 12.016/2009</i>	284
17. EDUARDO DE AVELAR LAMY	
<i>Definindo a jurisdição e o foro competentes nos contratos de transporte marítimo</i>	304
18. EDUARDO TALAMINI	
<i>Ações autônomas de defesa do executado</i>	314
19. EURICO FERRARESI	
<i>Carga valorativa da prova produzida no inquérito civil</i>	321
20. FABIANO CARVALHO	
<i>Prescrição, decadência, sentença de mérito e coisa julgada</i>	329
21. FÁTIMA NANCY ANDRIGHI	
<i>Reflexões acerca da representatividade adequada nas ações coletivas passivas</i>	337
22. FELICE BALZANO E WELDER QUEIROZ DOS SANTOS	
<i>A legitimidade ativa e os limites subjetivos da coisa julgada na ação reivindicatória de bem em condomínio: uma análise processual do art. 1.314 do Código Civil</i>	347
23. FERNANDO DA FONSECA GAJARDONI	
<i>A competência constitucional dos Estados em matéria de procedimento (art. 24, XI, da CF): ponto de partida para a reeleitura de alguns problemas do processo civil brasileiro</i>	366
24. FLÁVIO CHEIM JORGE E MARCELO ABELHA RODRIGUES	
<i>Apontamentos sobre a tempestividade recursal: fluência e ciência inequívoca; recurso interposto antes da intimação; interrupção do prazo por força da interposição de embargos de declaração</i>	384
25. FLÁVIO LUIZ YARSELL	
<i>Brevíssimas considerações acerca da extensão da cláusula compromissória</i>	395
26. FREDIE DIDIER JUNIOR	
<i>Litisconsórcio necessário ativo(?)</i>	401

27. GELSON AMARO DE SOUZA	
<i>Coisa julgada e execução individual na ação coletiva</i>	411
28. GILBERTO GOMES BRUSCHI	
<i>O princípio da congruência entre o pedido e a sentença e os vícios decorrentes de sua não observância</i>	433
29. GLAUCO GUMERATO RAMOS E DENISE DE PAULA ANDRADE	
<i>Arresto (ou embargo) cautelar na perspectiva do processo sincrético em grau máximo</i>	450
30. GUSTAVO SANTANA NOGUEIRA	
<i>O controle de legalidade das decisões dos Juizados Especiais Cíveis pelo Superior Tribunal de Justiça</i>	463
31. JOÃO BATISTA LOPES E MARIA ELIZABETH DE CASTRO LOPES	
<i>O juiz, as regras sobre o ônus da prova e a teoria das cargas dinâmicas</i>	476
32. JOÃO BATISTA AMORIM DE VILHENA NUNES	
<i>Cumulação de demandas, tutela antecipada, decisão parcial de mérito e sua execução</i> ...	482
33. JOSÉ HORÁCIO CINTRA GONÇALVES PEREIRA	
<i>Ação de despejo por falta de pagamento</i>	498
34. JOSÉ ROBERTO NEVES AMORIM	
<i>Estabilização da coisa julgada na tutela antecipada</i>	503
35. LEONARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA	
<i>Anotações sobre o mandado de segurança na Lei n. 12.016/2009</i>	508
36. LUIS GUILHERME AIDAR BONDIOLI	
<i>Breves notas sobre a litigância de má-fé no processo civil brasileiro</i>	522
37. LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR E ROGÉRIO FAVRETO	
<i>Anotações sobre o projeto da nova lei da ação civil pública: análise histórica e as suas principais inovações</i>	530
38. LUIZ RODRIGUES WAMBIER E RITA DE CÁSSIA CORRÊA DE VASCONCELOS	
<i>Recursos especiais repetitivos: a disciplina proposta no Projeto de Lei n. 166 de 2010 (novo CPC)</i>	544
39. MÁRCIA CONCEIÇÃO ALVES DINAMARCO	
<i>O princípio da proporcionalidade como meio para solucionar as questões do litisconsórcio necessário ativo</i>	556
40. MARCOS DESTEFENNI	
<i>Ativismo judicial e ações coletivas. A suspensão de segurança e o ativismo negativo</i>	563
41. MIRNA CIANCI E RITA QUARTIERI	
<i>A tutela antecipada exauriente: uma leitura constitucional</i>	585

42. MÔNICA BONETTI COUTO	
<i>Embargos declaratórios e o prazo para interposição dos recursos excepcionais: o problema do efeito interruptivo (art. 538 do CPC) e a Súmula 418/STJ</i>	595
43. NATHALY CAMPITELLI ROQUE	
<i>As diretrizes da proteção jurídica da criança e do adolescente</i>	604
44. NELSON FINOTTI SILVA	
<i>A Fazenda Pública como autora nos Juizados Especiais da Fazenda Pública</i>	621
45. OLAVO DE OLIVEIRA NETO E PATRÍCIA ELIAS COZZOLINO DE OLIVEIRA	
<i>O processo como instituição constitucional</i>	627
46. PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA	
<i>A natureza jurídica da reclamação: ação constitucional de conhecimento originária dos tribunais superiores</i>	641
47. RENATA GIOVANONI DI MAURO	
<i>O princípio da fungibilidade na cognição dos embargos de declaração interpostos perante os tribunais superiores</i>	645
48. RICARDO DE BARROS LEONEL	
<i>Ação rescisória e improbidade administrativa</i>	661
49. RITA DIAS NOLASCO	
<i>Os esforços para alcançar a efetividade no processo de conhecimento: processo sincrético</i>	670
50. RIZZATTO NUNES	
<i>Acesso à Justiça: a assistência judiciária e a assistência jurídica – uma confusão a ser solvida</i>	685
51. RODOLPHO VANNUCCI E GERALDO FONSECA DE BARROS NETO	
<i>A não obrigatoriedade da denúncia da lide</i>	690
52. RODRIGO D'ORIO D. DE OLIVEIRA	
<i>Da indispensabilidade e inviolabilidade do advogado e sua penalização na litigância de má-fé</i>	705
53. ROGÉRIO LICASTRO TORRES DE MELLO	
<i>Apelação de sentença de improcedência e de rejeição de embargos de terceiro: duplo efeito ou apenas efeito devolutivo?</i>	721
54. TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER	
<i>Anotações sobre o Projeto de Lei n. 166/2010, para um novo Código de Processo Civil</i>	724
55. VITOR JOSÉ DE MELLO MONTEIRO	
<i>O princípio constitucional do contraditório e a concessão de liminares inaudita altera pars</i>	728
56. WILLIAM SANTOS FERREIRA	
<i>O ônus da prova na fraude à execução: a boa-fé objetiva e as premissas de uma sociedade justa e solidária</i>	744